

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

**Direcção de Serviços de Valorização Ambiental e Sustentabilidade**

# **Manual de Gestão e Controlo Interno**

Definido ao abrigo do  
**Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da DRAPN de 2010**

Por:

*Director de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade*

Com a colaboração na concepção de:

- Maria Cristina Araújo Almeida (Eng.ª)  
- José João Rodrigues Teixeira (Eng.º)

Junho 2010

## ÍNDICE

1. <u>Enquadramento no Plano</u> .....	2
1.1. Definição sumária das atribuições da Direcção de Serviços.....	2
1.2. Nota metodológica e identificação dos processos.....	4
2. <u>Definição do Sistema de Controlo Interno por área funcional/processo</u> .....	6
2.1. Atribuição de direitos .....	6
2.1.1. Emissão de pareceres prévios e comunicações prévias no âmbito do DL 73/2009, de 31/3 – Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional. ....	6
2.1.1.1. Enquadramento legal.....	6
2.1.1.2. Fluxograma do processo.....	8
2.1.1.3. Fases e mecanismos de controlo.....	9
2.2. Gestão de Empreitadas de obras públicas.....	10
2.2.1. Investimentos em Aproveitamentos Hidroagrícolas.....	10
2.2.1.1. Enquadramento legal.....	10
2.2.1.2. Fluxograma do processo.....	12
2.2.1.3. Fases e mecanismos de controlo.....	13
3. <u>ANEXOS</u> .....	16
3.1. Check Lists.....	16
Anexo - 1 – Reserva Agrícola.....	17
Anexo - 2 – Investimentos Hidroagrícolas.....	19
3.2. Anexo - 3 – Regadio e Aproveitamentos Hidroagrícolas (Quadro de Actuação).....	21

## **1. Enquadramento no Plano**

### **1.1. Definição sumária das atribuições da Direcção de Serviços<sup>1</sup>**

A **Direcção de Serviços de Valorização Ambiental e Sustentabilidade**, abreviadamente DSVAS, promove e assegura a gestão sustentável do espaço rural e o uso do solo agrícola, assegura a gestão do domínio hidroagrícola e promove e participa no ordenamento do território.

Na dependência da Direcção de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade ficam:

- **a Divisão de Valorização Ambiental e Biodiversidade (DVAB);**
- **a Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Rural (DADR);**
- **a Divisão de Ordenamento e Infra –Estruturas (DVOIE)**

**Divisão de Valorização Ambiental e Biodiversidade** — A esta Divisão compete:

- a) Apoiar as medidas de gestão sustentável do espaço rural;
- b) Apoiar as estruturas locais de apoio criadas no âmbito das intervenções territoriais integradas;
- c) Preservar o património genético;
- d) Aplicar as medidas de apoio à protecção da biodiversidade e dos ecossistemas agro-florestais de elevado valor natural e paisagístico, particularmente nos sítios da Rede Natura 2000;
- e) Implementar e gerir bases de dados georreferenciadas das condições agro -ecológicas e da biodiversidade associada;
- f) Realizar actividades de conservação dos recursos genéticos *in situ*, da manutenção de colecções de germoplasma autóctone, de inscrição de variedades locais no Catálogo Nacional de Variedades e de dinamização da comercialização de sementes de variedades de conservação;
- g) Colaborar com a DGADR na execução das políticas de protecção e valorização dos recursos genéticos vegetais;
- h) Colaborar com o INRB, através do estabelecimento de parcerias público -público e ou público -privado, na execução das políticas de inovação e desenvolvimento dos sectores;
- i) Apoiar as explorações agrícolas no cumprimento das normas comunitárias de higiene, ambiente e bem - estar animal;
- j) Executar os Programas de Acção das zonas vulneráveis na região da DRAP do Norte e elaborar os respectivos Relatórios, visando a sua integração nos Relatórios Nacionais, de envio obrigatório às instâncias europeias responsável nesta matéria;

---

<sup>1</sup> **Despacho 1049/2010, de 05/01** (*Diário da República, 2.ª série — N.º 10 — 15 de Janeiro de 2010*)

- k) Promover a extensificação da produção agropecuária e controlo dos efluentes produzidos pelas explorações de pecuária intensiva;
- l) Apoiar as medidas de recuperação de ecossistemas;
- m) Promover a recuperação dos sistemas agroflorestais degradados;
- n) Criar planos e medidas de incentivo à ecoeficiência das explorações e das suas infra -estruturas;
- o) Assegurar a emissão de pareceres no âmbito do domínio hídrico e planos de gestão de efluentes e de aplicação de lamas de depuração e de subprodutos em explorações agrícolas.
- p) Executar, de acordo com as normas funcionais definidas pelos serviços centrais, acções necessárias à gestão de projectos apoiados pelas ajudas nacionais e comunitárias<sup>2</sup>.

**Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Rural** — A esta Divisão compete:

- a) Promover e acompanhar as medidas de dinamização das zonas rurais do Programa de Desenvolvimento Rural;
- b) Apoiar a conservação e valorização do património rural de interesse colectivo e a melhoria da qualidade de vida das populações;
- c) Promover no meio rural o desenvolvimento de competências, dinamizar a actividade económica e a criação de micro empresas e diversificar as actividades na exploração agrícola;
- d) Fomentar e apoiar o empreendedorismo e o associativismo agroflorestal, ambiental, cultural e social em meio rural;
- e) Acompanhar e dinamizar as organizações e agrupamentos de produtores na área da comercialização dos produtos agroflorestais;
- f) Apoiar a criação de serviços de gestão, de substituição e de aconselhamento agroflorestais;
- g) Promover e apoiar a valorização, certificação, comercialização e promoção dos produtos sujeitos a sistemas de qualidade regulados a nível europeu;
- h) Assegurar o necessário apoio técnico e logístico ao funcionamento da Assembleia Rural regional da Rede Rural Nacional, visando garantir o bom desenvolvimento das respectivas actividades;
- i) Executar, de acordo com as normas definidas pelos serviços centrais, as acções necessárias à gestão dos processos e dos apoios previstos no Programa Apícola Nacional.

**Divisão de Ordenamento e Infra -Estruturas** — A esta Divisão compete:

- a) Dinamizar o aproveitamento dos empreendimentos hidroagrícolas existentes e a modernização e sustentabilidade dos regadios colectivos;

---

<sup>2</sup> Alteração introduzida pelo **Despacho n.º 10794/2010, de 30/06** (*Diário da República*, 2.ª série — N.º 125 — 30 de Junho de 2010) que revoga Despacho 1049/2010, de 05/01

- b) Apoiar medidas de instalação de regadios individuais e utilização de energia;
- c) Promover e acompanhar a execução das medidas regadios e outras infra -estruturas colectivas do Programa de Desenvolvimento Rural;
- d) Assegurar a emissão dos pareceres da participação da DRAP do Norte em matéria fraccionamento de prédios rústicos e alterações de perfis;
- e) Assegurar em colaboração com o INAG a elaboração dos planos de bacia na área da DRAP do Norte;
- f) Promover a protecção do solo contra a erosão e conservação da matéria orgânica e estrutura do solo;
- g) Executar, em coordenação com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o controlo e segurança de barragens;
- h) Promover a utilização de técnicas racionais de irrigação;
- i) Promover e apoiar processos de estruturação fundiária.
- j) Executar, de acordo com as normas funcionais definidas pelos serviços centrais, acções necessárias à gestão de projectos apoiados pelas ajudas nacionais e comunitárias<sup>3</sup>

Compete ainda à DSVAS assegurar as competências da DRAP do Norte na participação dos planos de ordenamento do território, em particular dos **Planos Municipais de Ordenamento do Território (PDM's)** , bem como assegurar o apoio técnico e logístico necessário ao funcionamento da **Entidade Regional do Norte da Reserva Agrícola Nacional (ERN)**.

### **1.2. Nota metodológica e identificação dos processos**

No **Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infracções Conexas da DRAPN<sup>4</sup>**, foi elaborado um diagnóstico dos principais processos que revelou que, na generalidade, estes padecem de controlo interno, pelo que o Plano procura corrigir esta situação através da criação de Manuais e de Regulamentos Específicos para cada tipologia de processos.

Os Regulamentos e os Manuais indicados nas medidas serão submetidos à aprovação prévia do Director Regional e deverão contemplar designadamente a segregação de funções, declarações de interesses, verificação aleatória dos processos e sua periodicidade.

A implementação das Medidas é atribuída em princípio aos dirigentes directos que efectuem a gestão das áreas funcionais e em algumas têm também o concurso do Director dos Serviços de Apoio e Gestão de Recursos sempre que o impacto financeiro dos processos seja significativo.

Os controlos internos a realizar pelos dirigentes directos serão objecto de relatórios a submeter ao Director Regional no fim dos períodos estabelecidos nos correspondentes Regulamentos ou Manuais.

---

<sup>3</sup> Alteração introduzida pelo **Despacho n.º 10794/2010, de 30/06** (*Diário da República*, 2.ª série — N.º 125 — 30 de Junho de 2010) que revoga Despacho 1049/2010, de 05/01

Contudo, poderá o Director Regional em qualquer momento decidir mandar efectuar auditorias e controlos aos procedimentos definidos através do Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos.

Prevê igualmente o plano que os processos não incluídos possam ser também objecto de controlo através do Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos com base em proposta previamente aprovada pelo Director Regional.

A supervisão do controlo e da monitorização do Plano são efectuados pelo Director Regional através do Núcleo de Assessoria, Auditoria e Projectos.

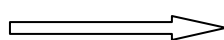
Durante 2010, primeiro ano de implementação do plano, efectuar-se-ão auditorias com periodicidade trimestral a todos os serviços de forma a poder garantir-se uma correcta monitorização do Plano, bem como os registos necessários à fundamentação do Relatório Anual a produzir durante o mês de Janeiro de 2011, o qual será apresentado ao Conselho de Prevenção da Corrupção e às demais entidades que o Conselho recomendou.

Com base no Relatório Anual efectuar-se-ão alterações ao Plano para o ano seguinte para que progressivamente sejam eliminados os riscos ainda não debelados ou de outros entretanto identificados.

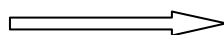
O presente Plano e as suas posteriores actualizações passarão a constituir anualmente mais um instrumento de gestão da DRAPN a ser executado por todos os responsáveis e demais agentes.

Na Direcção de Serviços foram identificados dois processos, na área de atribuição de direitos e na área da gestão de empreitadas de obras públicas, a incluir na programação de 2010, que, como é explicitado no Plano, resultaram de uma avaliação empírica **“Os riscos identificados bem como a sua frequência são potenciais e são o resultado de avaliação de sensibilidade efectuada por equipas específicas, uma vez que ainda não há registos de controlo anteriores sistematizados que pudessem ajudar a formular juízos diferentes.”**

#### Tipologia de processos



Emissão de Pareceres Prévios e Análise das Comunicações  
Prévias no âmbito do DL 73/2009, de 31/3 (Regime Jurídico  
da RAN – Reserva Agrícola Nacional)



Investimentos em Aproveitamentos Hidroagrícolas

As medidas preconizadas, para cada um destes processos, foram avaliadas com maior profundidade, designadamente no que atende ao horizonte temporal referenciado, tendo sido efectuados alguns ajustamentos.

---

<sup>4</sup> Mirandela, 27 de Novembro de 2009

## **2. Definição do Sistema de Controlo Interno por área funcional/processo**

### **2.1. Atribuição de direitos**

#### **2.1.1. Emissão de pareceres prévios e comunicações prévias no âmbito do DL 73/2009, de 31/3**

##### **–Regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional**

##### **2.1.1.1. Enquadramento legal**

O Dec Lei nº 73/2009<sup>5</sup> aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, abreviadamente designada RAN.

Compete às Entidades Regionais da RAN (ERN):

- a) Emitir o parecer previsto no n.º 4 do artigo 9.º;
- b) Deliberar sobre os pedidos de parecer prévio vinculativo a elaborar nos termos do artigo 23.º;
- c) Quando seja o caso, rejeitar as comunicações prévias previstas no artigo 24.º;
- d) Comunicar à administração fiscal a inutilização de terras e solos para a actividade agrícola, nos termos do artigo 28.º;
- e) Desenvolver acções de sensibilização da opinião pública relativamente à necessidade de defesa dos solos e das terras integrados na RAN;
- f) Promover, a nível regional, a cooperação e a colaboração entre todas as entidades públicas, com vista à plena realização dos fins visados com o presente decreto -lei;
- g) Colaborar com a entidade nacional da RAN nas acções de promoção e defesa da RAN.

A entidade nacional e as entidades regionais da RAN aprovam o respectivo regulamento interno, no qual constam as suas normas de funcionamento. Os regulamentos internos referidos no número anterior são submetidos a homologação do membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento rural.

O diploma que regula o regime jurídico da RAN prevê no artigo 36.º a implementação de um Sistema de Informação, que será objecto de portaria do membro do Governo responsável pelo desenvolvimento rural. Está, assim, legislado que a tramitação dos procedimentos previstos no Dec Lei seja realizada informaticamente, com recurso a sistema informático próprio, o qual, entre outras funcionalidades, permita:

- a) A entrega de requerimentos, comunicações prévias e documentos;
- b) A consulta pelos interessados do estado dos procedimentos;
- c) O envio de pareceres;

---

<sup>5</sup> **Decreto-Lei n.º 73/2009** (*Diário da República, 1.ª série — N.º 63 — 31 de Março de 2009*)

d) O registo da cartografia da RAN;

e) A comunicação do registo do ónus de inalienabilidade previsto no n.º 4 do artigo 29.º

As comunicações serão realizadas por via electrónica, nas quais deve ser, preferencialmente, aposta assinatura electrónica, que, pelo menos, satisfaça as exigências de segurança e fiabilidade mínimas definidas para a assinatura electrónica avançada.

O fornecimento de informação por parte das diferentes entidades com competência no âmbito do presente decreto -lei e legislação complementar será concretizado de forma desmaterializada, por meio de disponibilização de acesso aos respectivos sistemas de informação.



Fluxograma do Procedimento Administrativo requerido no âmbito do art.º 22.º do DL 73/2009



### **2.1.1.3. Fases e mecanismos de controlo**

O Sistema informático atrás referido não está ainda implementado, pelo que a tramitação dos processos continua a efectuar-se em suporte de papel. Encontramo-nos, pelo facto, num regime provisório imposto por uma alteração legislativa que, quando se concretizar, obrigará a redefinir os procedimentos internos.

Sendo a ERN uma entidade independente da DRAPN, composta por representantes de três entidades (Director Regional, representante da CCRDN e representante da ANMP), poderão ser definidos, mediante solicitação, mecanismos de controlo das fases do processo que lhe estão atribuídas.

A gestão interna dos processos pressupõe a avaliação dos riscos e dos factores críticos de sucesso, a recolha e registo dos requisitos legais e outros mecanismos de regulação relevantes.

Salienta-se, nos procedimentos internos implementados, a existência de minutas para instrução dos processos para requerimento, em que estão listados todos os elementos processuais necessários em função da utilização pretendida para o terreno (enquadramento legal previsto no artigo 22º). Todas as ocorrências relevantes do processo são anotadas e datadas pelo seu responsável na “ficha de ocorrências”.

Um dos pontos críticos do processo é o controlo do prazo previsto para emissão do parecer prévio ou rejeição da comunicação prévia, de forma a evitar o deferimento tácito. Todos os requerimentos recebidos são registados por ordem cronológica em livro próprio e, após completa instrução, são distribuídos aos técnicos em função da sua localização geográfica para a realização da visita ao local. A realização das visitas e o agendamento dos processos para decisão da ERN, que reúne em regra uma vez por semana, é efectuada atendendo à data de entrada dos requerimentos, ao prazo disponível para resposta e à localização geográfica do terreno.

Está previsto introduzir nos procedimentos a declaração de interesses do responsável pela visita ao local.

**A amostra a seleccionar para o controlo interno será de 1% dos processos/técnico/ano, dos quais 50 % devem incluir visita “in loco”.**

A selecção da amostra e a designação do responsável pela sua execução será efectuada pelo dirigente do serviço. Os critérios de selecção da amostra deverão ficar registados no relatório de controlo.

O 1º controlo realizar-se-á até ao final do 3º trimestre e contemplará os requerimentos do 1º trimestre, ou seja todos os processos entrados desde o início do ano civil e decididos até ao final de Março. Até 31 de Dezembro será efectuada o controlo dos requerimentos entrados e decididos no 2º trimestre. Os processos do 3º trimestre constituirão a amostra do 3º controlo, a realizar até o dia 31 de Janeiro do ano civil seguinte.

Por fim, até 31 de Março efectuar-se-á o controlo dos processos do 4º trimestre do ano anterior. O ciclo do controlo só ficará completo no final do 1º semestre do ano subsequente ao ano da sua implementação.

Para a verificação dos processos será utilizada a Check-List em anexo<sup>6</sup>, não obstante a que possam ser verificados outros itens, que o responsável pelo controlo entenda pertinentes ou que resultados anteriores justifiquem.

O relatório do controlo interno do ano 2010 será entregue até 31 de Março de 2011.

## **2.2. Gestão de Empreitadas de obras públicas**

### **2.2.1. Investimentos em Aproveitamentos Hidroagrícolas**

#### **2.2.1.1. Enquadramento legal**

As actividades previstas neste domínio enquadram-se na gestão do património público de infra-estruturas colectivas hidroagrícolas existentes no território.

Os diplomas legais que regem esta matéria classificam as obras atendendo à sua tipologia e definem quem tem legitimidade para a iniciativa<sup>7</sup>.

Os regadios públicos da região estão listados no quadro abaixo apresentado

REGADIO	ANO	ORIGEM DA ÁGUA	ÁREA BENEF
V.Estorãos	1970	Açude	136
S.Cabanelas	1969/75	Açude	531
Esteveinha	1968/73	Albufeira	240
Camba	1998	Albufeira	380
Crasto	1996	Açude	105
Curalha	1994	Albufeira	100
Gostei	1995	Albufeira	320
M.Cavaleiros	1978/99	Albufeira	3042(5300)
Mairos	1997	Albufeira	110
Prada	1996	Albufeira	100
V.Chaves	1936/99	Açude Albufeira	1500
V.Vilariça	1973/2006	Albufeiras	1165(2045)
V.Madeiro	2006	Albufeira	300

---

**Anexo 1<sup>6</sup>**

Para os anos de 2010 e 2011 as actividades que englobam o processo em apreciação, enquadram-se no regime de aplicação da acção 1.6.3 “Sustentabilidade dos regadios públicos”<sup>8</sup>, no âmbito da medida 1.6. “Regadios e outras infra-estruturas colectivas”, integrada no sub programa nº 1 “Promoção da competitividade”, do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER).

Esta acção incide exclusivamente sobre os regadios públicos existentes, independentemente do grupo em que se encontram classificados, restringindo-se a nossa análise aos projectos promovidos pela DRAPN.

Foram apresentados 13 pedidos de apoio no âmbito do aviso de abertura do concurso publicado em 14 de Julho de 2009, para três tipologias de operações: Melhoria das condições de segurança das barragens, Melhoria da operacionalização, da gestão e da eficiência global das infra-estruturas hidroagrícolas e Modernização de aproveitamentos ou de blocos de aproveitamentos hidroagrícolas, que se incluem, respectivamente na 1ª, 3ª e 5ª prioridade de decisão dos apoios a conceder.

Os pedidos de apoio são objecto de decisão pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, sob proposta do Gestor do PRODER.

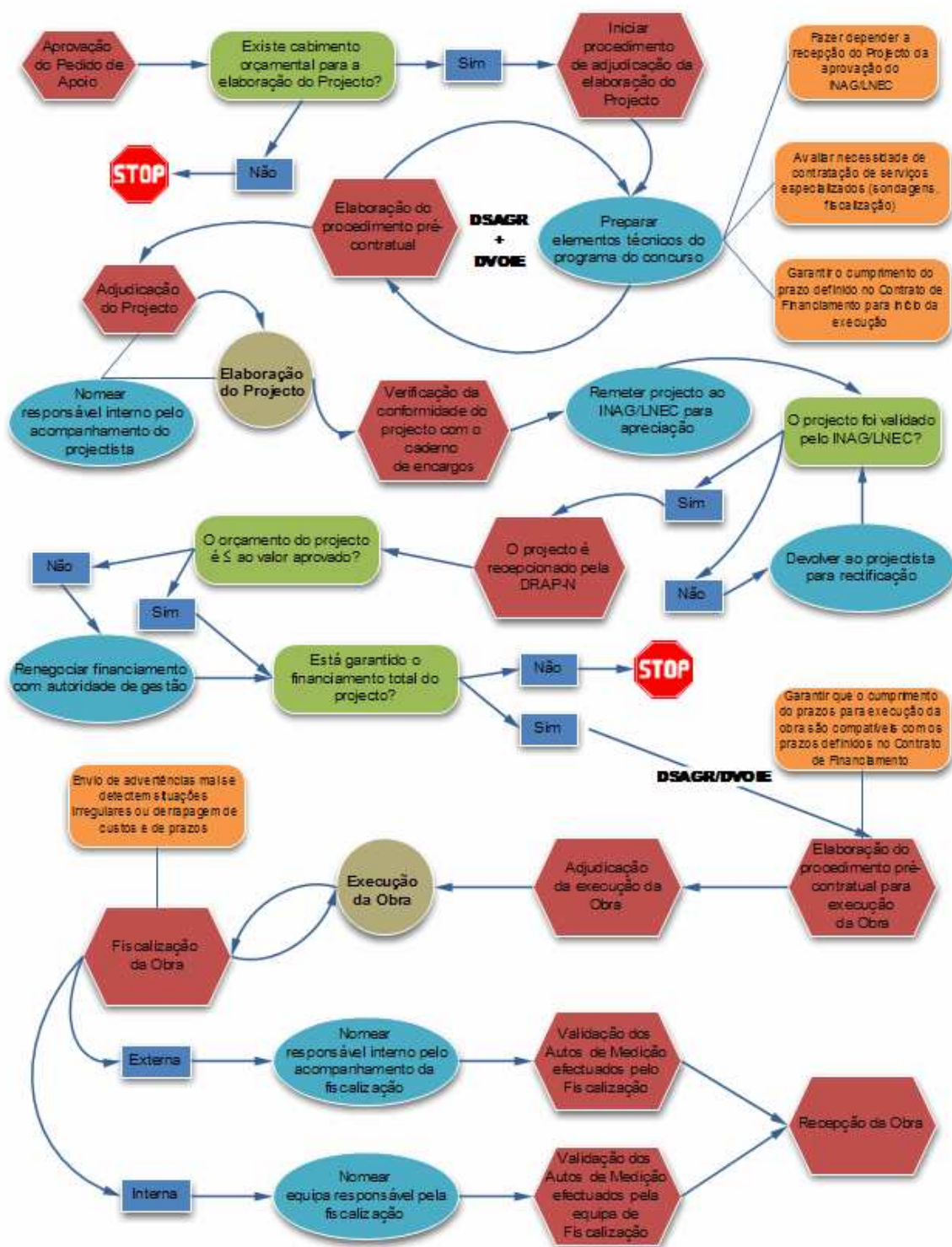
Foi já formalizada em contrato escrito a concessão de apoio para 4 projectos da 1ª tipologia –Melhoria das condições de segurança das barragens.

---

<sup>7</sup> Anexo 3

<sup>8</sup> Portaria nº 1137-A/2008 (*Diário da República*, 1.ª série — N.º 196 — 9 de Outubro de 2008)

### 2.2.1.2. Fluxograma do processo



### **2.2.1.3. Fases e mecanismos de controlo**

Nas fases do processo identificadas no Plano foi estabelecido o percurso lógico, que se inicia com a identificação da necessidade de construção de novas infra-estruturas até à fase de execução das obras.

Contudo em 2010 e 2011 não se prevê a necessidade de realização de pré-estudos e estudos prévios inerentes à construção de novos regadios públicos atendendo a que estes não estão previstos no plano de actividades e orçamento da DRAPN. Por outro lado, existe já um conjunto de pré-estudos e estudos prévios realizados, que resultaram de um levantamento das necessidades da Região e que poderão, no futuro, vir a constituir a base para a elaboração de projectos de novos aproveitamentos hidroagrícolas.

A gestão interna dos processos pressupõe a avaliação dos riscos e dos factores críticos de sucesso, a recolha e registo dos requisitos legais e outros mecanismos de regulação relevantes.

Enquadrada que está a nossa análise nos projectos financiados pela medida 1.6.3 do PRODER, os procedimentos internos consagram o seu acompanhamento no que respeita ao cumprimento das obrigações firmadas no contrato<sup>9</sup>. Deste modo devem ser atentamente observadas as cláusulas contratuais, com particular atenção para os prazos de execução fixados para início e fim da operação e a sua compatibilização com os procedimentos de contratação pública.

No que se refere ao cumprimento dos normativos legais<sup>10</sup> em matéria de contratação pública, estão identificados os pontos críticos do processo e as normas e verificações a observar nos procedimentos internos, que são transversais às obras públicas, independentemente da sua tipologia.

As atribuições da Direcção de Serviços relacionam-se com as questões de carácter técnico que se articulam na formação dos contratos públicos.

**A amostra a seleccionar para o controlo interno será de 1 em cada 5 projectos, por tipologia de operação, com o mínimo de 1.**

Face à natureza destes processos será seleccionado aleatoriamente, pelo Dirigente do Serviço, um dos projectos aprovados para controlo concomitante que deverá iniciar até ao final do primeiro mês do 2º semestre de 2010.

Para a verificação dos processos será utilizada a Check-List em anexo<sup>11</sup>, não obstante a que possam ser verificados outros itens, que o responsável pelo controlo entenda pertinentes ou que resultados anteriores justifiquem.






No relatório do controlo interno do ano 2010, a submeter ao Director Regional, que será entregue até 31 de Março de 2011, serão relatadas as conclusões apuradas até essa data.

<sup>9</sup> Ver também artigo 9º da Portaria nº 1137-A/2008

<sup>10</sup> DL nº 278/2009 de 9 de Outubro (*Diário da República, 1ª série - Nº192- 2 de Outubro de 2009*)

<sup>11</sup> Anexo 2



Pontos críticos	Procedimentos internos (em articulação com DSAGR)
<b>1-Estudos</b> 	Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários
<b>2-Contratação de serviços especializados</b> 	Assunção do procedimento de concurso público como procedimento regra (ajuste directo carácter excepcional)
<b>3-Procedimentos-pré-contratuais</b> 	Cumprimento dos preceitos legais nos que respeita a: »competência para autorização da despesa »procedimento adequado ao valor da despesa »publicitação »conteúdo do programa de procedimento/convite à apresentação de »propostas »prestação de esclarecimentos aos concorrentes »modelo de avaliação das propostas (objectivo e baseado em dados quantificáveis e comparáveis) »critérios de adjudicação, factores e sub factores de avaliação de propostas, são enunciados de forma clara e suficientemente discriminada no respectivo programa do procedimento »critérios de adjudicação, factores e sub factores de avaliação de propostas, assim como a sua ponderação relativa adequados à natureza e aos objectivos específicos de cada aquisição ou obra. »critérios de adjudicação e modelo de avaliação definidos no caderno de encargos e portanto delimitados antes de conhecidos os concorrentes propostas apresentadas nos prazos fixados »composição do "júri do procedimento" sem impedimentos legais »audiência prévia com apresentação relatório preliminar e projecto de decisão aos concorrentes
<b>4- Ajuste directo com base em critérios materiais</b> 	Assegurar fundamentação rigorosa e baseada em dados objectivos e devidamente documentados
<b>5- Caderno de Encargos - Questões técnicas</b> 	Especificações técnicas do caderno de encargos adequadas à natureza das prestações objecto do contrato, com cláusulas técnicas claras, completas e não discriminatórias

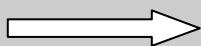
#### 7- Elaboração contrato



Verificação de:

- »legalidade das cláusulas contratuais
- »correspondência entre as cláusulas contratuais e o definido nas peças do concurso
- »suprimento de erros e omissões
- »clausulado claro e rigoroso, não existindo ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar agravamento de custos e adiamento de prazos

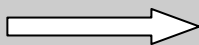
#### 8- Trabalhos não previstos no contrato



Garantir que:

- »a verificação da circunstância de que tais trabalhos respeitam a "obras novas" e foram observados os pressupostos legalmente previstos para a sua existência , designadamente "a natureza imprevista"
- »esses trabalhos não podem ser tecnicamente ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis são necessários à conclusão da obra.
- »Exigência de comprovação da circunstância, juntando a respectiva documentação

#### 9- Erros e omissões



Sistema de controlo interno que garanta:

- o suprimento de erros e omissões

#### 10-Execução do contrato



Garantir:

- »a boa e atempada execução dos contratos, mediante fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de qualidade estabelecidos
- »envio de advertências, logo que se detectem situações irregulares ou derrapagens de custos e de prazos
- »controlo rigoroso dos custos, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados
- »calendarização sistemática
- »actos prévios de inspecção, por dois funcionários, e certificação de qualidade e quantidade, relativamente à emissão da ordem de pagamento



### **3. ANEXOS**

#### **3.1. CHECK LISTS**

**ANEXO 1 – Reserva Agrícola**

**ANEXO 2 – Investimentos Hidroagrícolas**

#### **3.2. ANEXO 3 – Regadio e Aproveitamentos Hidroagrícolas**

## ANEXO 1:



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas

**DRAP Norte**  
Direcção Regional  
de Agricultura e Pescas  
do Norte

### DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E APOIO À SUSTENTABILIDADE

Processo:

**Emissão de pareceres prévios e análise de comunicações prévias no âmbito do DL 73/2009 -Regime Jurídico da RAN**

#### Ficha de verificação de procedimentos

##### Identificação do processo

<b>Nº processo:</b>		
<b>Nome requerente:</b>		
<b>Localização:</b>		

#### 1. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

		SIM	NÃO	N/ APLIC
1.1	O requerimento identifica a alínea do artigo 22º que enquadra o pedido de parecer ou comunicação prévia?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2	A alínea identificada no requerimento está correcta face à utilização prevista do solo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3	O processo foi instruído com todos os elementos previstos nas instruções divulgadas (incluindo o pedido elementos em falta) ?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4	Encontram-se no processo as evidências do pagamento da(s) taxa(s) devida(s) e respectiva(s) guia(s) de receita?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5	A taxa foi bem calculada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.6	O preenchimento da ficha de ocorrências contempla todos os registos obrigatórios e assinala as datas e assinatura dos responsáveis?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### 2. VISITA E PARECER TÉCNICO

		SIM	NÃO	N/ APLIC
2.1	A distribuição do processo aos Técnicos obedeceu aos critérios internos definidos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2	Existe declaração de interesses (ou incompatibilidade)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3	Existem evidências da visita ao local (fotografias, declarações)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.4	A ficha de decisão e apreciação evidencia a data em que foi realizada a visita e o responsável pela sua realização?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.5	Estão preenchidos todos os itens necessários à apreciação do pedido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.6	Na ficha de apreciação fica claro que foi realizada uma análise qualitativa dos documentos que integram o processo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.7	A informação relativa aos dados recolhidos no terreno reflecte correctamente a realidade observada no local?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### 3. DELIBERAÇÃO

		SIM	NÃO	N/ APLIC
3.1	A deliberação da ERN, expressa na ficha de apreciação, contém os fundamentos que suportam a decisão e está conforme a Acta da Reunião respectiva?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2	Constam na ficha de decisão as assinaturas e votos dos elementos presentes na Reunião, conforme a Acta respectiva ?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. COMUNICAÇÃO DA DECISÃO		SIM	NÃO	N/ APLIC
4.1	Existem evidências de que foi controlado o prazo previsto para emissão do parecer, ou rejeição da comunicação prévia, de forma a evitar deferimento tácito?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2	No caso em apreço foi ultrapassado o prazo dos 25 dias ?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.3	A cópia da comunicação ao interessado encontra-se no processo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.4	No caso de parecer prévio desfavorável ou rejeição da comunicação prévia foi realizada audiência prévia?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.5	Se foi exercido o direito de contraditório pelo requerente, foi cumprido o prazo para resposta previsto no CPA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.6	A resposta do interessado foi presente à ERN?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.7	Foi comunicada a decisão final ao requerente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.8	Há segregação de funções entre quem prepara a comunicação e quem verifica a sua conformidade com a decisão da ERN ?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.9	A área comunicada ao requerente confere com o teor da deliberação da ERN?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações (Identificação das não conformidades/insuficiências):

**Nome e assinatura do responsável pela verificação das medidas de controlo interno**

**Data:**

## ANEXO 2:



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas

DRAP Norte  
Direcção Regional  
de Agricultura e Pescas  
do Norte

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E APOIO À SUSTENTABILIDADE

Processo:				
<b>Investimentos em Aproveitamentos Hidroagrícolas (PRODER Medida 1.6.3)</b>				
<b>Ficha de verificação de procedimentos</b>				
<b>Identificação do processo</b>				
<b>Nº processo/projecto:</b>				
<b>Designação:</b>				
<b>Localização:</b>				
<b>1. ADJUDICAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PROJECTO</b>				
		<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>N/ APLIC</b>
1.1	O cabimento orçamental (sem IVA) equivale ao valor do investimento do contrato de financiamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2	Existe no processo cópia da decisão de contratação e da escolha do procedimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3	Consta no processo cópia do caderno de encargos que faz parte do procedimento concursal?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4	O clausulado do contrato previa a revisão do projecto na sequência de alterações impostas pelo INAG/LNEC?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5	Existem evidências de terem sido contratados serviços especializados?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.6	Está formalmente identificado o responsável interno pelo acompanhamento do projectista?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7	Existe declaração de interesses do responsável identificado no ponto anterior?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.8	Existem evidências de ter sido verificada a conformidade do projecto com o caderno de encargos constantes nas peças do procedimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.9	Houve segregação de funções entre os responsáveis identificados nos pontos 1.6 e 1.8?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.10	O projecto foi validado pelo INAG/LNEC e consta no processo o respectivo comprovativo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.11	No processo encontra-se cópia do documento de recepção do projecto?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.12	Na recepção do projecto houve participação da DVOIE e esta está devidamente evidenciada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.13	Essa recepção foi efectuada pelo responsável interno pelo acompanhamento do projectista?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>2. ORÇAMENTO DA OBRA</b>				
		<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>N/ APLIC</b>
2.1	O valor orçamentado (s/ IVA) no projecto para a execução da obra é igual ou inferior ao valor aprovado no pedido de apoio?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2	Houve algum reforço ao valor do contrato de financiamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3	Foi assegurado o cabimento orçamental da totalidade da obra?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>3. ADJUDICAÇÃO DA OBRA</b>				
		<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>N/ APLIC</b>
3.1	Existe no processo cópia da decisão de contratação e da escolha do procedimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2	Consta no processo a cópia do caderno de encargos que faz parte do procedimento concursal?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.3	Consta no processo cópia do contrato de adjudicação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4	Os prazos de execução definidos no contrato de adjudicação são compatíveis com o previsto para termo da operação de financiamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>4.1- FISCALIZAÇÃO EXTERNA (se aplicável)</b>		<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>N/ APLIC</b>
4.1.1	Está formalmente identificado o responsável interno pelo acompanhamento da fiscalização?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.1.2	Existe declaração de interesses do responsável identificado no ponto anterior?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.1.3	Os autos de medição foram assinados pelo representante da DRAPN?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.1.4	Os autos de medição foram validados pela DRAPN (verificação da sua conformidade com os trabalhos contratados) ?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.1.5	Houve segregação de funções entre os responsáveis identificados nos pontos 4.1.3 e 4.1.4?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>4.2- FISCALIZAÇÃO INTERNA</b>		<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>N/ APLIC</b>
4.2.1	Está formalmente identificada a equipa responsável pela fiscalização?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2.2	Existem as declarações de interesses dos responsáveis identificados no ponto anterior?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2.3	Os autos de medição foram assinados pelos representantes da DRAPN?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2.4	Há evidências de que foi efectuado um controlo rigoroso do cumprimento do trabalhos contratados, designadamente através do registo sistemático no mapa de trabalhos do previsto e do executado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2.5	Há evidências do acompanhamento regular do desempenho do adjudicatário que confiram garantias da atempada execução do contrato?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>5. ADICIONAIS AO CONTRATO</b>		<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>N/ APLIC</b>
5.1	Existem adicionais ao contrato?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.2	Estão evidenciados os pressupostos legais que permitiram a sua existência?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.2	Foi assegurada uma fundamentação rigorosa baseada em dados objectivos e devidamente documentados (comprovação da circunstância) ?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Observações (Identificação das não conformidades/insuficiências):				
<b>Nome e assinatura do responsável pela verificação das medidas de controlo interno</b> <div style="border: 1px solid black; height: 40px; width: 100%;"></div>				
<b>Data:</b> <div style="border: 1px solid black; width: 200px; height: 20px; display: inline-block;"></div>				

### **ANEXO 3:**

#### **Regadio e Aproveitamentos Hidroagrícolas**

##### **Enquadramento Legal:**

##### **Portaria n.º 1473/2007 de 15 de Novembro**

Aprova a minuta base do contrato de concessão para a conservação e exploração das obras de aproveitamento hidroagrícola, cujo regime jurídico foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de Abril

##### **Decreto-lei n.º 344/2007, de 15 de Outubro de 2007**

Aprova o Regulamento de Segurança de Barragens.

##### **Decreto-Lei n.º 169/2005, de 26 de Setembro**

Altera o Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho, que define e classifica obras de fomento hidroagrícola.

##### **Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de Abril**

Actualiza o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho.

##### **Decreto-Lei n.º 351/97, de 5 de Dezembro**

Salvaguarda os casos de florestação em terrenos de uso agrícola beneficiados por obras de fomento hidroagrícola promovidas e construídas com financiamento público.

##### **Decreto Regulamentar n.º 2/93, de 3 de Fevereiro**

Trata da regularização das construções, implantadas na área beneficiada, ocorridas em momento anterior à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 69/92, de 27 de Abril

##### **Decreto-Lei n.º 69/92, de 27 de Abril**

Estabelece o regime jurídico das exclusões de áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas

##### **Decreto Regulamentar n.º 86/82, de 12 de Novembro**

Estabelece as normas gerais para os regulamentos das Juntas de Agricultores (obras do grupo III).

##### **Decreto Regulamentar n.º 84/82, de 4 de Novembro**

Estabelece as normas gerais para os regulamentos das Associações de Beneficiários (obras dos grupos I e II).

##### **Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho**

Estabelece o enquadramento legal das obras dos aproveitamentos hidroagrícolas

### **Classificação, competência e iniciativa das obras**

#### **Classificação:**

- Grupo I - obras de interesse nacional, visando uma profunda transformação das condições de exploração agrária de uma vasta região;
- Grupo II - obras de interesse regional com elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região;
- Grupo III - obras de interesse local, com elevado impacte colectivo;
- Grupo IV - outras obras colectivas de interesse local.

#### **Competência para a classificação das obras:**

- A classificação das obras nos Grupos I e II é da competência do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro da Agricultura.
- A classificação das obras nos Grupos III e IV é da competência do Ministro da Agricultura, sob proposta do Instituto de Hidráulica Engenharia Rural e Ambiente.

#### **Iniciativa das obras:**

- As obras dos grupos I e II são de iniciativa estatal, só podendo porém, ser constituídas depois de obtido o acordo expresso dos Agricultores abrangidos.
- As obras dos Grupos III e IV são de iniciativa dos Agricultores interessados, em conjunto com os titulares legítimos de posse ou propriedade, podendo as do Grupo III ser também de iniciativa estatal quando as mesmas se revistam de elevado interesse económico-social.